

Acórdão nº 9.149/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.431.2013-70-TCE (C/ 07 Anexos e 02 Volumes)
ASSUNTO: Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN, exercício de 2012.
RESPONSÁVEL: Senhor Dirceu Augusto Silva
RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

Prestação de Contas. Instituto de Administração Penitenciária. Grave infração à norma Legal ou regulamentar de natureza orçamentária, financeira, operacional e patrimonial. Irregularidade. Ressalvas enumeradas às fls. 518 dos autos. Aplicação de Multas ao gestor. Condenação. Devolução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** com fulcro no art. 51, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar Estadual nº 38/93, considerar **irregular** a Prestação de Contas do Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN, exercício orçamentário e financeiro de 2012, de responsabilidade do Senhor **Dirceu Augusto Silva** – Diretor-Presidente, em face das seguintes irregularidades e falhas apontadas pelo órgão técnico: **a)** reincidência na contratação por tempo determinado; **b)** inconsistência do demonstrativo de fl. 97 do Anexo I, que apura as aplicações financeiras no período, face a ausência de comprovação do saldo de **R\$ 182.210,43** (cento e oitenta e dois mil, duzentos e dez reais e quarenta e três centavos), nos rendimentos bancários; **c)** ausência de esclarecimentos quanto a valores de diárias pendentes de pagamento; **d)** o valor da receita patrimonial apresentada no balanço financeiro (fl. 285), não corresponde ao total dos rendimentos de aplicações auferido no período, resultando numa diferença de **R\$ 37.667,64** (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos); **e)** divergência do saldo de **R\$ 39.499,98** (trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), entre aquisições de bens móveis e equipamentos e material permanente; **f)** divergência de valores existentes entre o valor do inventário de bens móveis e o valor apresentado no balanço patrimonial no montante de **R\$ 138.733,82** (cento e trinta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos); **g)** não atendimento ao item, do Anexo VI, da Resolução TCE/AC nº 62/2008, falta de cumprimento dos limites legais impostos aos órgãos que pegam carona, conforme § 3º, do art. 8º, do Decreto Estadual 12.473, Acórdão nº 6.407 de 14-10-2009 e Lei Federal nº 8.666/63; **h)** divergência de saldo de **R\$ 2.011,36** (dois mil e onze reais e trinta e seis centavos) entre as aquisições de construção e aquisição de bens imóveis, com obras e instalações; **i)** ausência de Inventário de Bens Móveis; **j)** inconsistência do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo das Variações

(Acórdão nº 9.149/2015/Plenário-TCE/AC – 02 de 02)

Patrimoniais, face as irregularidades mencionadas nos itens “b”, “d”, “e”, “f” e “h” deste julgado. **De resto, persistiram, ainda, as ressalvas** enumeradas às fls. 518 dos autos; **1.1) aplicar multa** ao gestor, prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93 c/c o art. 139, inciso II, da Resolução TCE nº 30/96, na quantia de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em face de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; **1.2) condenar** o Senhor Dirceu Augusto Silva a devolver à Fazenda Estadual, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a importância devidamente atualizada de **R\$ 182.210,43** (cento e oitenta e dois mil, duzentos e dez reais e quarenta e três centavos), face a ausência de comprovação do saldo nos rendimentos bancários; **1.3) aplicar multa** ao gestor, prevista no art. 88, da LCE nº 38/93 c/c o art. 138, § 1º, da Resolução TCE nº 30/96, no valor de **R\$ 18.221,04** (dezoito mil, duzentos e vinte e um reais e quatro centavos) correspondente a **10%** sobre o valor a ser devolvido, a ser recolhido em favor do Tesouro Estadual, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a esta Corte; **2) notificar o atual gestor** para conhecimento e correção das irregularidades e falhas apontadas pela área técnica; e **3) dar conhecimento** do apurado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 12 de março de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC